A beata Joana de Gusmão (1688-1780): análise das representações construídas pela historiografia e da atuação no campo religioso

The blessed Joana de Gusmão (1688-1780): Analysis of representations
constructed by historiography and activities in the religious field

William de Souza Martins¹

williamsmartins@uol.com.br

Resumo: O texto pretende sistematizar resultados obtidos a respeito da trajetória da beata Joana de Gusmão, irmã do célebre diplomata Alexandre de Gusmão. Fixando-se na Ilha de Santa Catarina após contínuas peregrinações, reuniu recursos para aplicar em obras de caridade, particularmente a manutenção do culto divino e a educação de órfãos pobres. O estudo do caso de Joana de Gusmão pretende mostrar como as atividades exercidas pela beata se afastavam das representações atribuídas às mulheres naquele contexto, que enfatizavam o papel do recolhimento como garantia da honra feminina. Para tanto será utilizado um amplo material secundário, constituído por cronistas, memorialistas e historiadores locais, que procuraram nos séculos XIX e XX traçar a trajetória da beata a partir de diferentes perspectivas. O exame de tais obras será complementado com a leitura de fontes do século XVIII do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes à Capitania de Santa Catarina. O diálogo com a historiografia mais recente a respeito das beatas no Antigo Regime dos trópicos foi também privilegiado, buscando-se identificar na atuação de tais mulheres uma tentativa de construir espaços de autonomia para a condição feminina em um contexto marcado pelas relações misóginas. Para alcançar os objetivos propostos, o texto foi dividido em três partes: (i) análise dos relatos produzidos sobre Joana de Gusmão; (ii) exame da trajetória familiar e dos diferentes contextos locais em que esteve inserida; (iii) análise de sua atuação no campo religioso.

Palavras-chave: Beatas da Ordem Terceira de São Francisco, representações de gênero, ordens religiosas em Santa Catarina.

Abstract: The text intends to systematize results obtained regarding the career of the blessed Joana de Gusmão, a sister of the celebrated diplomat Alexandre de Gusmão. Having settled on the Santa Catarina Island after continual pilgrimages, she gathered resources to apply in charity works, particularly the maintenance of worship and the education of poor orphans. The study of Joana de Gusmão's case intends to show how the activities carried out by her departed from the representations attributed to women in that context, which emphasized the role of reclusion as a guarantee of women's honor. To this end, a large secondary material will be used, consisting of chroniclers, memorialists and local historians, who sought in the 19th and 20th centuries to trace the Joana's career from different perspectives. The exam of these works will be complemented with the reading of 18th century sources of the Overseas Historical Archive referring to the Captaincy of Santa Catarina. The dialogue with the most recent historiography about

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de História. Largo de São Francisco de Paula, 1, 2º andar, 20051-070, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

blessed women in the Old Regime of the tropics was also privileged, seeking to identify in the activities of these women an attempt to construct spaces of autonomy for women in a context marked by misogynistic relations. To reach the proposed objectives, the text was divided in three parts: (i) analysis of the reports produced about Joana de Gusmão; (ii) exam of the family history and of the different local contexts in which it was inserted; (iii) analysis of her activities in the religious field.

Keywords: Women of the Third Order of Saint Francis, gender representations, religious orders in Santa Catarina.

Visões dos cronistas, memorialistas e da historiografia

Na América Portuguesa, podem ser identificados alguns escritos, produzidos pelo clero regular e pelo secular, a respeito das atividades de mulheres que, por serem consideradas modelos de perfeição religiosa, tiveram suas vidas registradas e divulgadas. Por vezes, tais escritos de vida, com características fortemente hagiográficas, foram produzidos pouco depois da morte das mulheres que os inspiravam. Foi o caso da madre Vitória da Encarnação (1668-1715), freira professa no Convento de Nossa do Desterro da cidade de São Salvador da Baía, cujo relato de vida foi publicado cinco anos após o seu falecimento pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide (Souza, 2011). No caso de freiras, beatas, virgens e matronas caridosas, que atuaram nas capitânias da Bahia, de Pernambuco, de Alagoas, entre outras localidades, cujas vidas foram registradas pelo cronista frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, a produção da escrita deve ter ocorrido por volta de 1761, quando foi publicado em Lisboa o *Orbe serafico Novo Brasilico*, a primeira parte da crônica do frade franciscano. Não obstante, os relatos que davam testemunho das atividades das mulheres em foco foram somente divulgados em meados do século XIX, quando o *Novo Orbe serafico* foi publicado em sua totalidade, por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No caso da beata Jacinta de São José (1715-1768), considerada a fundadora do Convento de Santa Teresa do Rio de Janeiro, a produção de escritos que testemunhavam as suas atividades e visões remonta a meados do século XVIII. Não obstante, apenas em 1819 há indícios de uma tentativa para sistematizar tais relatos em uma “vida”, na narrativa de frei João dos Santos, religioso carmelita descalço. Esta primeira “vida”, que permaneceu inédita, foi retomada e ampliada em 1835 nos *Annaes do Rio de Janeiro*, do letrado Balthazar da Silva Lisboa (Martins, 2015).

O caso de Joana de Gusmão é análogo ao dos últimos exemplos descritos acima. Não foram identificadas narrativas de vida produzidas no período de atuação da beata ou nos anos imediatamente posteriores ao seu falecimento. Uma das primeiras alusões às atividades de Joana de Gusmão aparece apenas décadas depois. Ao descrever as capelas filiais da freguesia de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina, a crônica de monsenhor Pizarro faz referência à ermida “do Menino Deus, edificada com esmolas dos fiéis, à instância e diligências de D. Joana Gomes de Gusmão, serva de Deus e irmã do memorável Alexandre de Gusmão” (Araújo, 1945, tomo III, p. 77). As atividades da beata ganharam maior atenção na década de 1850, de quando datam as memórias elaboradas por José Gonçalves dos Santos Silva (1794-1871), comerciante oriundo do Porto, deputado em 1821 nas Cortes de Lisboa, e estabelecido em 1829 em Santa Catarina (Fontes, 1954, p. 3; Piazza, 1988, p. 5; Blake, 1898, vol. 4, p. 449). De acordo com o estudo de Henrique Fontes, José Gonçalves dos Santos Silva elaborou duas memórias relativas à beata: uma em 1857, publicada na cidade do Desterro no periódico *O Mensageiro*;² e outra, anterior à primeira, que permaneceu inédita no arquivo da Irmandade do Senhor dos Passos, e que foi publicada apenas em 1931, por iniciativa de Affonso de Taunay.³ As notas de José Gonçalves dos Santos Silva, redigidas a partir dos livros manuscritos da Ordem Terceira de São Francisco da Vila do Desterro, constituem o principal manancial de informações acerca da vida e das atividades religiosas da beata Joana de Gusmão. Outra fonte básica de informações, que foi igualmente utilizada por vários cronistas posteriores, é constituída pela *Memoria historica da Provincia de Santa Catharina*, de Manoel Joaquim de Almeida Coelho (1792-1871). Apoiando-se em informações colhidas na tradição oral da Ilha, o referido autor foi o primeiro a informar a respeito da promessa realizada por Joana de Gusmão e pelo

² Fontes menciona especificamente a carta nº 38, publicada a 14 de dezembro de 1857. Não obstante, na coleção do periódico *O Mensageiro* disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca do Rio de Janeiro, não consta exemplar publicado neste dia.

³ Ao publicar as notícias biográficas de José Gonçalves dos Santos Silva, Taunay inverteu os sobrenomes do autor, registrando “José Gonçalves da Silva Santos”. Preferiu-se aqui utilizar a primeira denominação, tal como registrada por diversos autores catarinenses, assim como por Sacramento Blake. A ortografia das fontes impressas e manuscritas foi atualizada, exceto nos títulos das obras.

marido, cuja posterior realização levou a beata a peregrinar, até se fixar na Ilha de Santa Catarina:

Numa romaria, ou viagem a Iguape, prometeram que aquele que sobrevivesse (caso morresse algum dos dois) não passaria a segundas núpcias, e iria peregrinar pelo mundo: que o marido morrera de bexigas em Paranaguá, e que D. Joana, vestindo logo um hábito de burel se pusera a caminho (por terra e a pé) para o sul (Coelho, 1856, p. 102).

Outro fragmento muito importante da *Memoria historica* de Almeida Coelho, e que foi depois recuperado por diversos cronistas e memorialistas, informa sobre o respeito de que a beata gozava junto a autoridades militares portuguesas e castelhanas, que na década de 1770 disputavam o controle sobre a Ilha de Santa Catarina (Alden, 1968, p. 195-246). A marca de uma distintiva ação política afastava Joana de Gusmão do padrão de comportamento esperado de mulheres de sua condição naquele contexto, isto é, o recolhimento na esfera privada como garantia da honra (Algranti, 1993; Van Deusen, 2001, p. 1-36):

Deu logo começo com as esmolos que trouxera, e outras que foi obtendo, à construção da Capela do Menino Deus [...]. Quando em 1777 os espanhóis tomaram Santa Catarina, para ali correu a abrigar-se de algum insulto muito gente, bem certa do amparo de tão virtuosa criatura, já então venerada por uma santa. Os espanhóis respeitaram o domicílio de D. Joana como um asilo sagrado e inviolável. O governador Francisco Antônio da Veiga Cabral durante o seu governo, não dispensou um só domingo ou dia santo que não fosse gozar da conversação da virtuosa e sábia mulher como ele mesmo chamava (Coelho, 1856, p. 103).

Sem detalhar no momento as atividades religiosas de Joana de Gusmão, e continuando a comentar como a beata foi vista por cronistas, memorialistas e historiadores, deve-se referir aqui a obra *Brasileiras celebres*, de Joaquim Norberto de Souza Silva (1820-1891). Esta obra possui características distintas das publicações anteriores que mencionavam a beata Joana de Gusmão. Tal como o próprio título indica, constitui uma galeria de luso-brasileiras famosas, cujas trajetórias remontavam ao período colonial (Silva, 1862). Desde 1841, poucos anos após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a *Revista* mantida pela referida instituição continha uma seção intitulada “Biografia dos brasileiros distintos por

letras, armas e virtudes”. No referido espaço, procurava-se narrar trajetórias exemplares de grandes homens e de algumas mulheres do passado colonial e das lutas da Independência, para que servissem de exemplo às gerações posteriores de brasileiros. Afinada com o programa da *historia magistra vitae*, os sócios e colaboradores do IHGB reuniram informações de diversas províncias com a finalidade de construir uma narrativa fiel aos princípios de unidade da monarquia, sob cujo patrocínio se encontrava o Instituto e, simultaneamente, portadora da “cor local” emanada da variedade das províncias (Oliveira, 2011, p. 15-41; Enders, 2014, p. 176-184; Guimarães, 1988, p. 5-27). Nas décadas seguintes, tais narrativas de caráter exemplar foram compiladas e ampliadas em coletâneas, de que constitui paradigma o *Plutarco brasileiro* (1847), de João Manuel Pereira da Silva, republicado em 1868 com o título de *Varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*. No campo dos perfis femininos, situa-se a já mencionada *Brasileiras celebres*, cujo autor também era sócio do IHGB (Enders, 2014, p. 184-196).

Na obra de Joaquim Norberto de Souza Silva, a narrativa referente a Joana de Gusmão aparece entremeada ao perfil de duas outras beatas atuantes no período colonial: Jacinta de São José, na cidade do Rio de Janeiro, e a irmã Germana, da Capitania das Minas.⁴ Um aspecto comum às vidas das três beatas – e que pode ter sido captado pelo letrado imperial, preocupado em erigir uma narrativa exemplar que emocionasse leitores e leitoras, a partir, simultaneamente, da valorização de identidades comuns e da cor local – é que as três foram reputadas “santas”. Este reconhecimento, partilhado por diversos fiéis, independentemente da chancela eclesiástica, constitui o fenômeno que uma estudiosa denominou de “santas vivas” (Zarri, 2007). A narrativa tecida pelo sócio do IHGB possui alguns elementos que a diferenciam das crônicas e notícias anteriores que davam testemunha das atividades da beata que viveu na Vila de Nossa Senhora do Desterro. Enquanto as primeiras narrativas se mantinham muito atreladas às informações apuradas nas fontes arquivísticas e na tradição oral, colocando-as apenas em ordem cronológica, o texto de Joaquim Norberto de Souza Silva, sem acrescentar novos dados sobre a vida e a trajetória da beata, inseria o conjunto de informações biográficas em uma moldura destinada a produzir nos leitores um efeito de revivescência das tradições coloniais. Este apelo à imaginação dos leitores e das leitoras – que, naquele contexto, pertenciam todos à “boa sociedade” e, por efeito semelhante a um espelho, reconheciam-se nos relatos acerca de colonos luso-brasileiros seguidores e

⁴ A respeito de Jacinta de São José, além das referências indicadas mais acima, ver Algranti (1993, 2004) e Gonçalves (2005). Acerca de Germana Maria da Purificação, ver Silva et al. (2011).

defensores da fé católica – se coadunava com a finalidade de instrução dos leitores e de construção de uma identidade imperial. Para alcançar o propósito de “ressurreição do passado”, Joaquim Norberto de Souza Silva e outros letrados vinculados ao IHGB tentavam estruturar suas narrativas a partir de cenas análogas a quadros pintados, em que os respectivos personagens apareciam “vivos” aos olhos dos leitores (Oliveira, 2011, p. 38-46; Mattos, 1990). Os recursos retóricos empregados para a referida finalidade aparecem, por exemplo, na descrição que o letrado do IHGB faz das atividades de peregrinação da beata Joana de Gusmão:

Caminhava a pé e sozinha pelo império das feras, cujos bramidos não lhe intimidavam; atravessava as solidões, penetrava pelas florestas seculares, povoadas por hordas de selvagens bárbaros e antropófagos, e afrontando ásperos e escabrosos caminhos, convertendo, graças à fé que lhe robustecia a alma, os espinhos em flores, entrou assim pela província de Santa Catarina (Silva, 1862, p. 123).

Nas décadas posteriores, e inclusive avançando o período republicano, obras de teor semelhante, que coligiam pequenas narrativas a respeito de mulheres julgadas exemplares, continuaram a ser impressas. Em praticamente todas as que foram consultadas, a beata Joana de Gusmão mereceu referências destacadas. A presença contínua da beata que atuou na Vila do Desterro em obras deste tipo pode ser explicada por uma conjunção de fatores: a exemplaridade da fé católica, manifestada pela contínua atividade de peregrinação da beata, com a finalidade de erigir uma capela dedicada ao Menino Jesus, cuja imagem levava consigo em suas andanças; o fato de pertencer à ilustre família Gusmão, que tinha entre seus membros não só o ilustre estadista, mas também o padre Bartolomeu de Gusmão; e, por fim, a educação de órfãs pobres a que se dedicou a beata, uma obra de caridade que se coadunava com princípios ilustrados e de civilização partilhados pelas elites imperiais.

Além da obra de Joaquim Norberto de Souza Silva merece destaque outra, menos conhecida, redigida por Joaquim Manoel de Macedo, sócio do IHGB, professor de História do Colégio Pedro II e popular romancista. A galeria de personalidades femininas célebres, construída por Macedo, distinguia-se daquela idealizada por Joaquim Norberto de Souza Silva: enquanto este último restringiu a nominata de mulheres ao mundo luso-brasileiro colonial, Macedo incluiu em sua obra perfis femininos muito mais diversificados, tais como Cornélia, mãe dos irmãos Graco, a rainha Isabel da Inglaterra, Joana d’Arc, etc. As *Mulheres célebres* de Macedo foram redigidas com

a finalidade didática, conforme explicou o autor no início da obra, cuja publicação tentava suprir uma lacuna no campo da instrução feminina: “para as meninas da classe superior nas escolas de instrução primária há grande e muito sensível pobreza de livros de leitura que [...] sejam fontes de princípios morais, de lições de benemerências, e de virtudes” (Macedo, 1878, p. 18). Se a preocupação em difundir modelos de virtude e valores morais era semelhante às *Brasileiras célebres* de Joaquim Norberto de Souza Silva, a atividade de instrução das órfãs pobres, a que se dedicara a beata, mereceu compreensível destaque na obra de Macedo:

A ensinar a ler, a escrever, e a executar as quatro operações primárias da aritmética, a que chegava toda a sua sabedoria de professora, e a aprofundar e firmar santos preceitos da moral, e exemplares lições de humildade, de pureza de costumes, e de angélicas virtudes, Joana de Gusmões [sic] sublimou seus últimos anos (Macedo, 1878, p. 99).

A atividade de peregrinação da beata por territórios que, no contexto em que o letrado do IHGB escrevia, compunham as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro atraiu também a atenção de Macedo, que se impressionou por Joana de Gusmão caminhar “absolutamente só”, “viajando por desertos” (Macedo, 1878, p. 96). O referido autor também dialogou mais de perto com as representações tradicionalmente associadas à mulher, nos séculos XVIII e XIX. Por isso, as *Mulheres célebres* se prestam mais diretamente a interpretações que tomam como paradigma o estudo das relações de gênero (Scott, 2008; Butler, 2003). Assim, preocupado com público feminino que era o alvo da obra, advertia que o exemplo de Joana de Gusmão não poderia ser observado de perto, sem muito risco: “há criaturas como que privilegiadas, *mulheres santas*, que em suas virtudes práticas e maravilhosas atingem grau de sublimidade a que não podem chegar as condições ordinárias da mulher pela fraqueza natural de seu sexo” (Macedo, 1878, p. 99, grifos do autor). Ecoando imagens estereotipadas acerca da incapacidade feminina (Wiesner, 2000, p. 13-47; Laqueur, 2001, p. 151-188), Macedo reafirmava preocupações com a manutenção do recato e da honestidade de mulheres que compunham as elites, de acordo com um código de valores que se estendeu da época colonial até pelo menos princípios do século XX (Algranti, 1993; Caulfield, 1999; Esteves, 1989):

O que Joana de Gusmão conseguiu, cumprindo seu religioso voto de peregrinação foi tão admirável que quase toca o maravilhoso; fora porém desajuizado ou imprudente semear no coração de uma menina ideias de

imitação daquele sublime voto, de modo a fazê-la sair anos mais tarde sozinha, a pé, por desertos e povoados, exposta naqueles à braveza das feras, e nestes à malícia e à maldade dos homens (Macedo, 1878, p. 100).

Nos anos que se seguiram à implantação da República, a vida e as atividades da beata Joana de Gusmão continuaram a ser retratadas em coletâneas de perfil variado: as que reuniam, como no período anterior, perfis de brasileiras célebres; as que tinham um recorte geográfico ou temático mais restrito; e obras que, possuindo também um tom edificante, incluíam simultaneamente homens e mulheres. Tais obras praticamente nada acrescentaram quanto ao conhecimento da vida e das atividades da beata, limitando-se a combinar informações provenientes de três fontes fundamentais: em primeiro lugar, as *Brasileiras célebres*, de Joaquim Norberto de Souza Silva – que, como foi discutido, baseou-se nas crônicas deixadas por José Gonçalves dos Santos Silva; e a *Memoria historica*, de Manoel Joaquim de Almeida Coelho, cujo livro, não obstante, não parece ter sido consultado diretamente, mas referido a partir do trabalho do sócio do IHGB, Joaquim Norberto de Souza Silva.

Seguindo o fio cronológico, a primeira das obras deste período a tratar da beata Joana de Gusmão intitula-se *Mulheres illustres do Brazil*, cuja autora, Ignez Sabino, foi atuante na imprensa feminina das décadas finais do século XIX (Carula, 2016). À parte o fato da autoria feminina, uma novidade no que diz respeito aos testemunhos deixados sobre a beata, o relato de Ignez Sabino se fixa nas descrições convencionais apresentadas pelos cronistas anteriores (Sabino, 1996, p. 53-59). Em seguida, deve ser mencionado o livro *As heroínas do Brasil*, do general Carlos Augusto de Campos. Conforme aparece assinalado no subtítulo, trata-se de uma coletânea que coligiu perfis de brasileiras que se destacaram na defesa de causas ditas patrióticas. A obra reproduz e amplia este-reótipos tradicionais de gênero, naturalizando a potência, a coragem e a força como qualidades inerentes aos homens, predicados que possuiriam assim uma essência atemporal e valorizando, como algo excepcional e inesperado, perfis de mulheres que apresentavam características análogas:

No homem, a bravura e o denodo, qualidades próprias do seu temperamento de lutador, da sua estrutura física e moral e até da sua educação, não são coisas singulares nem para admirar [...]. Numa mulher, entretanto, cuja organização fisiológica e sentimentos próprios do seu sexo a destinam a cumprir funções excepcionais a bem da família, o seu valor como soldado, como guerreira, a imortalizam, a tornam um ser extraordinário, digno de glorificação (Campos, 1917, p. XI-XII).

O caráter másculo associado a Joana de Gusmão e a outras 28 mulheres que compunham a galeria de *As heroínas do Brasil* não constitui novidade no campo das representações de gênero. Mulheres às quais se atribuíam características viris já se encontravam presentes na literatura e em outros relatos do período moderno (Davis, 1990, p. 107-127; McKendrick, 1974). Quase sempre, a atribuição de características associadas ao gênero masculino a determinadas mulheres vinha legitimar projetos políticos e religiosos, como no caso, bem estudado, de Santa Teresa d'Ávila (Rowe, 2011). No caso de Joana de Gusmão, a valorização das virtudes masculinas levou o autor a associar a beata às disputas políticas efetuadas entre portugueses e castelhanos na região sul. Com este propósito, recuperou a *Memoria historica da provincia de Santa Catharina*, de Almeida Coelho, acrescentando-lhe numerosas informações, das quais não indicou fonte:

D. Pedro de Zeballos [sic] ficou tão impressionado com o talento e virtudes de tão notável matrona que, durante o tempo de sua permanência em Santa Catarina, ia diariamente visitá-la com os oficiais de mais alta patente de suas forças, demorando-se horas a ouvir a palavra conceituosa e eloquente de D. Joana de Gusmão, cujos irmãos Alexandre e Bartolomeu ele havia conhecido em Espanha (Campos, 1917, p. 240).

Deixando de lado a brevíssima menção à beata presente em *Brasileiros: heróis da fé* (Silva, 1928, p. 406-407), o último relato analisado aqui é o que foi elaborado em 1932, no contexto da Revolução Constitucionalista, pelo diretor da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo. Nascida na Vila de Santos, Joana de Gusmão foi incorporada a uma galeria de mulheres, filhas e irmãs de bandeirantes, “que acompanharam os maridos, os pais e os irmãos aos confins do Rio Grande do Sul e da Amazônia, de Minas e do Nordeste [...] durante a época do nomadismo e do febril ciclo do ouro” (Góes, 1932, p. 9). Neste trecho, torna-se patente um certo afastamento da narrativa do autor em relação às crônicas tradicionais, que sublinharam constantemente as peregrinações solitárias da beata, embora a mesma tivesse acompanhado o marido em determinadas situações, como será visto depois. No referido relato, Joana de Gusmão é identificada como heroína, pelo fato de apresentar as qualidades de “varonil” e “bondosa” (Góes, 1932, p. 13).

Se, desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século seguinte, Joana de Gusmão foi mais abordada em coletâneas que, com propósitos civilizadores e pedagógicos, compilavam perfis ideais de mulheres brasileiras, nos anos de 1930 a 1970, a beata apareceu enfocada com maior frequência em obras que tratavam da história

de Santa Catarina. Naquele primeiro período, a referência às atividades da beata a partir de narrativas locais não havia desaparecido de todo, como na *Memoria historica*, de Almeida Coelho, já mencionada antes, e nas *Notas de Boiteux* (1912). A publicação, em 1931, por iniciativa de Affonso de Taunay, de uma notícia biográfica de Joana de Gusmão mantida inédita desde a época do Império, como também de biografias dos irmãos Bartolomeu e Alexandre de Gusmão (Taunay, 1938; Cortesão, 1950), pode ter estimulado autores catarinenses a reconstituírem, sob uma base mais ampla, a trajetória da beata. Seguindo um novo foco narrativo, em que as atividades da beata deixaram de figurar na galeria dos heróis nacionais e passaram a ser descritas em contextos locais, o autor fundamental continuou a ser José Gonçalves dos Santos Silva (1794-1871), cuja notícia biográfica foi então publicada nos *Anais do Museu Paulista*, como já referido. Entretanto, diferentemente do período anterior, as informações do cronista pioneiro foram complementadas com pesquisas em diferentes acervos, tornando possível, pela primeira vez, situar a vida e as atividades de Joana de Gusmão no âmbito de processos mais amplos que se desenvolviam nos territórios meridionais de colonização portuguesa, na segunda metade do século XVIII.

Dentro da perspectiva referida acima, merecem destaque os trabalhos de Henrique da Silva Fontes e de Oswaldo Cabral, que delinearão, em linhas gerais, as posições ocupadas pela beata no campo religioso em que se inseria:⁵ de um lado, as relações mantidas entre Joana de Gusmão e os bispos fluminenses, os religiosos franciscanos da província do Rio de Janeiro e a Ordem Terceira de São Francisco da Vila do Desterro; de outro, as relações que estabeleceu com inúmeros fiéis, e particularmente com o círculo de beatas que formou ao seu redor (Fontes, 1954, 1965; Cabral, 1945, 1971). As contribuições dos referidos autores foram, um pouco depois, assimiladas em obras de síntese acerca da história da Igreja católica em Santa Catarina e na América Portuguesa (Piazza, 1977, p. 86-87; Rubert, 1988, p. 354). Além de mencionar as atividades da beata com vistas à fundação de uma capela, conforme indicado pelos primeiros cronistas, Rubert enfatizou a fundação do Recolhimento do Menino Jesus, que funcionava em uma pequena casa anexa à capela, “onde se recolheu com outras duas beatas e algumas moças, levando vida muito devota e dando-se ao ensino das recolhidas” (Rubert, 1988, p. 213). Os constantes deslocamentos realizados pela beata Joana de Gusmão, à busca de esmolas dos fiéis, levaram Riolando Azzi a classificá-la como

“beata peregrina”, por oposição às mulheres da mesma condição que permaneciam confinadas em recolhimentos. A característica descrita não se aplicou apenas à beata da Vila do Desterro, caracterizando também outras mulheres que viviam na época colonial (Azzi e Rezende, 1983, p. 59-60). Por fim, mais recentemente, a historiografia acadêmica tem retomado a trajetória de Joana de Gusmão de diferentes maneiras: no âmbito do contexto de colonização da região sul, aproximando-a do modo de atuação das beatas associadas à Companhia de Jesus (Franzen, 2008, p. 45-46) ou inserindo-a novamente num rol de mulheres memoráveis, seja por contribuírem para a “transformação social”, ou pela capacidade “da personagem de representar a condição feminina típica de seu tempo e meio social” (Schumaker e Brazil, 2000, p. 11).

Para reconstituir a trajetória familiar e religiosa da beata Joana de Gusmão, e ultrapassar a imagem idílica criada por letrados dos períodos imperial e republicano, é importante também levar em conta estudos recentes que, na Europa católica e na América ibérica, tem assinalado o protagonismo das beatas em um campo religioso marcado por valores misóginos, pelas suspeitas de heresia que pairavam sobre tais mulheres e pelas formas de controle cada vez mais apuradas que o clero exercia sobre as mesmas mulheres (Souza, 1993; Tavares, 2002; Sarrión, 2003; Rubial García, 2006; Martins, 2012). No contexto em que se desenvolveram as atividades de Joana de Gusmão, merecem destaque particular os diversos trabalhos que Alicia Fraschina dedicou a respeito de María Antonia de San José. Esta beata difundiu por vastos territórios os exercícios espirituais de Inácio de Loyola, chegando a fundar diversas casas de exercício em Buenos Aires e em outras localidades. Assim, veio a exercer papel catalisador junto a antigos jesuítas e simpatizantes, em um momento em que a Companhia de Jesus fora suprimida pela Sé apostólica (Fraschina, 2015, 2010, p. 213-264).

O meio familiar

Conforme pesquisas genealógicas realizadas por Jaime Cortesão e por historiadores e cronistas que o precederam, Joana Gomes nasceu em 1688 na Vila de Santos, filha de Francisco Lourenço e de Maria Álvares. Enquanto alguns estudiosos atribuíram a Francisco Lourenço a ocupação de cirurgião-mor da guarnição de Santos, Cortesão argumentou que testemunhas mais autorizadas informaram que vivia de negócio. Ao todo, o casal teve doze filhos, nascidos entre 1680 e 1703. Do conjunto da

⁵ O conceito de campo religioso é utilizado na acepção conferida por Pierre Bourdieu (1987, p. 27-78), isto é, uma arena de alianças e disputas travadas por especialistas do sagrado – o clero – com a finalidade de monopolizar os serviços de salvação oferecidos aos leigos ou fiéis, agentes que não dispõem de capital religioso. Obviamente, este modelo sociológico deve ser refinado para se tornar sensível às particularidades da ação da Igreja no Antigo Regime e da ação dos fiéis no referido contexto.

prole conhecida, três filhas, entre as quais Joana, contrairam matrimônio e três se tornaram religiosas professas no Convento de Santa Clara de Santarém, no Reino de Portugal. Quanto aos filhos do sexo masculino, dois professaram na Companhia de Jesus, um na Ordem de São Francisco e o último e mais novo na Ordem do Carmo. Por fim, os filhos mais conhecidos, Bartolomeu Lourenço e Alexandre tornaram-se, respectivamente, sacerdote secular e secretário e valido de D. João V. No inventário organizado por morte de Francisco Lourenço, em 1720, é possível perceber a dificuldade do patriarca da família em dotar duas filhas freiras, cujos dotes foram constituídos por esmolos. Além disso, a terceira filha a professar no Convento de Santarém só pôde efetuar o ingresso graças à doação das legítimas paternas de dois irmãos religiosos (Cortesão, 1950, tomo I, p. 123-130; Taunay, 1938, p. 26-46). Este breve perfil assinala a importância da carreira eclesiástica como estratégia de promoção social de segmentos intermediários na sociedade portuguesa do Antigo Regime, assim como o vulto quantitativo assumido pelos membros do primeiro estado naquele contexto (Olival e Monteiro, 2003).

Conforme indicaram os autores Cortesão e Taunay, a alcunha Gusmão proveio do padre jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724), provincial da Companhia de Jesus no Brasil, padrinho de batismo do estadista homônimo, que tinha relações de parentesco com a avó materna deste último (Massimi, 2012). Após a morte do patriarca da família, em 1720, o uso do sobrenome Gusmão se tornou, aos poucos, mais corrente na família. No inventário e divisão de bens que resultou da morte do pai, o referido sobrenome ainda aparece omitido. A 2 de junho de 1721, Antonio Ferreira Gamboa declarou que era “casado com Joana Gomes, filha de Francisco Lourenço” e que “se dá por satisfeito de seu sogro da quantia de quatrocentos mil réis e uma moleca” (Cortesão, 1950, parte II, tomo II, p. 23). Não foi possível determinar com precisão a data de união do casal. Não obstante, a documentação digitalizada do Conselho Ultramarino permite rastrear com alguma minúcia a trajetória profissional de Antonio Ferreira Gamboa e, a partir da mesma, identificar detalhes das vidas de Joana Gomes de Gusmão e das filhas do casal. Em um documento datado de 8 de junho de 1719, registrado na Vila de Santos, Antonio Ferreira Gamboa testemunhou a favor do juiz de fora da referida Vila, em um conflito em que este se opôs ao guardião do convento franciscano daquela localidade. No referido testemunho, Antonio Ferreira Gamboa aparece identificado como “morador nesta Vila e praça de Santos, e nela mercador de loja aberta, de

idade que disse ser de cinquenta e um anos, pouco mais ou menos” (AHU, SP, Cx. 2, D. 136). A partir desta informação, constata-se que Antonio Ferreira Gamboa tinha vinte anos a mais que a mulher Joana Gomes.

Em 1726, quando já se encontrava casado com Joana Gomes, Antonio Ferreira Gamboa assinou, na condição de irmão da mesa da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Santos, uma representação dirigida ao monarca D. João V, na qual os principais representantes daquela associação se queixavam do vigário da vara e do pároco da matriz da referida Vila, por não respeitarem os privilégios concedidos por alvarás régios à Misericórdia (AHU, SP, Cx. 5, D. 555).⁶ A participação na Santa Casa local constitui indicativo de que Antonio Ferreira Gamboa encontrava-se reconhecido e estabelecido como “homem bom” na Vila de Santos. Em um documento com data de 16 de outubro de 1732, o marido de Joana Gomes de Gusmão aparece referido como escrivão da Vila e praça de Santos (AHU, SP, Cx. 8, D. 882). É possível precisar, com alguma exatidão, o momento em que Antonio Ferreira Gamboa começou a exercer o dito ofício. Nos *Documentos interessantes* relativos à capitania de São Paulo, existe a provisão, com data de 23 de março de 1729, passada pelo governador da capitania de São Paulo, pela qual Antonio Ferreira Gamboa foi provido na serventia do ofício de escrivão da Câmara e almotaçarias da Vila de Santos. As justificativas oferecidas pelo governador para a nomeação foram os merecimentos do suplicante, o exercício anterior pelo mesmo de “cargos da República” e a morte do antigo ocupante do ofício. A referida mercê, válida pelo tempo de seis meses, foi sucessivamente renovada 18 de outubro de 1729, em 4 de abril de 1730, 16 de setembro de 1730, 21 de março de 1731 e 21 de setembro de 1731.⁷ Até o ano de 1734, a documentação do Conselho Ultramarino faz referência ao exercício de Antonio Ferreira Gamboa na função de escrivão da Vila de Santos (AHU, SP, Cx. 9, D. 984).

Além das ocupações que o marido de Joana Gomes de Gusmão exerceu em Santos, que foram omitidas pelos cronistas, biógrafos e historiadores que trataram antes do tema, a documentação do Conselho Ultramarino reporta pontos ainda mais obscuros acerca da trajetória do casal e dos filhos. Assim, por exemplo, os primeiros cronistas que deram testemunhos mais detalhados sobre a trajetória da beata forneceram informações completamente divergentes a respeito da prole do casal. Enquanto José Gonçalves dos Santos Silva referiu que Joana de Gusmão “foi casada com Antonio Ferreira Gamboa, do qual, segundo a tradição, teve sete filhas e casadas estas, separou bens e se pôs a

⁶ Na referida provisão, o suplicante aparece denominado como “Antonio Ferreira de Gamboa”.

⁷ *Documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo, Patentes provisões e sesmarias (1729-1732)* (Vol. 27, parte 2, p. 2-3, 67, 90, 130 e 203).

peregrinar” (Silva, 1931, p. 331), Manoel Joaquim de Almeida Coelho disse que “não tivera filhos” (Coelho, 1856, p. 102). Além disso, nas obras produzidas posteriormente aos referidos cronistas, como a de Henrique Fontes e o *Dicionário de mulheres do Brasil*, preferiu-se seguir a informação prestada pelo segundo cronista (Fontes, 1954, p. 5; Schumacher e Brazil, 2000, p. 293). Além da questão do acesso e da crítica adequada das fontes, pode-se talvez identificar na referida preferência a “invenção” de uma “tradição” em torno da beata Joana de Gusmão, cujo perfil marcado pelo heroísmo varonil era mais compatível com um casamento sem filhos. No período moderno, a mulher casada era vista pela literatura devocional católica como menos perfeita do que aquela que fazia a opção do celibato e da continência sexual (Kessel, 1994, p. 185-187). Não obstante, a documentação do Conselho Ultramarino traz informações inequívocas de que Joana de Gusmão e Antonio Ferreira Gamboa tiveram filhas, que foram atraídas, pelo menos em parte, ao ingresso no claustro. É o que informa a seguinte petição, elaborada antes de janeiro de 1736:

Dizem D. Maria Leonor, D. Catarina Maria, D. Margarida Rosa, e D. Helena Maria, filhas de Antonio Ferreira Gamboa e de D. Joana Gomes, moradores na Vila de Santos, que tendo todas a vocação de ser religiosas, e necessitando para esse efeito de passarem a este Reino, onde possam achar o cômodo de convento em que se recolham, tem o embaraço de uma ordem de Vossa Majestade, pela qual proíbe passarem mulheres do Brasil para este Reino sem licença (AHU, SP, Cx. 11, D. 1117).⁸

A ordem monárquica a que faz referência a súplica consiste no alvará de 14 de abril de 1732, que proibia a saída de mulheres da América Portuguesa para professarem em conventos do Reino sem autorização régia, sob pena de multa de 2.000 cruzados e de dois meses de prisão para cada mulher transportada, punição que deveria ser aplicada aos capitães dos navios (Algranti, 1993, p. 66-67; Azzi e Rezende, 1983, p. 29). A súplica enviada por Joana Gomes de Gusmão e pelas filhas foi imediatamente atendida pela soberania régia, que em 28 de janeiro de 1736 ordenou ao Conselho Ultramarino expedir as ordens necessárias para que, “constando ser certo o que as suplicantes alegam, se lhes permita poderem vir para este Reino na primeira ocasião que se oferecer” (AHU, SP, Cx. 11, D. 1117). A rápida resolução dada à referida súplica deve-se, com muita probabilidade, à interferência do ministro e valido de D. João V, Alexandre de Gusmão, irmão de Joana Gomes.

Além de beneficiar a irmã e sobrinhas, há indícios que permitem afirmar que beneficiou também o cunhado, Antonio Ferreira Gamboa. Pelo decreto de 24 de março de 1736, o monarca concedeu a serventia de um dos ofícios de tabelião da Vila de Sabará, na capitania das Minas, pelo tempo de três anos (AHU, MG, Cx. 11, D. 1117, Cx. 31, D. 90). Em relação ao ofício de escrivão que desempenhara até aquele momento na Vila de Santos, a nomeação para o ofício situado em uma comarca em que havia produção aurífera pode ser considerada uma promoção. Em uma carta enviada por D. João V a Gomes Freire de Andrade, governador da capitania das Minas, com data de 24 de abril de 1738, a proteção emprestada por Alexandre de Gusmão ao cunhado se torna explícita, ao nomeá-lo para uma nova serventia de um dos ofícios de tabelião da Vila do Sabará, desta vez pelo tempo de seis anos (Cortesão, 1950, parte I, tomo II, p. 181-192; parte II, tomo II, doc. XXVI).

Na documentação analisada acima, é importante perceber que, logo depois que o casal encaminhou uma parte das filhas à carreira eclesiástica, permitindo às mesmas a aquisição do estado que era então considerado o mais honrado para as mulheres, ocorreu quase em sequência a nomeação de Antonio Ferreira Gamboa para a Vila do Sabará. Não foi possível saber se a totalidade das filhas do casal já tinha tomado estado, pois o único cronista que forneceu informações a respeito, José Gonçalves dos Santos Silva, afirmou que eram em número de sete, e que foram todas casadas, informação esta última que não corresponde aos elementos contidos na documentação do Conselho Ultramarino. Também não foi possível verificar outra informação do cronista, segundo a qual, após casar as filhas, o casal teria dividido os bens e se afastado, iniciando-se neste momento a atividade de peregrinação de Joana de Gusmão. Parece mais factível que esta tenha acompanhado o marido à Vila de Sabará, ou tenha permanecido em Santos apenas o suficiente para encaminhar o restante das filhas, se é que havia, a um estado considerado honrado. Com ou sem a companhia da mulher, sabe-se apenas que Antonio Ferreira Gamboa parece ter atuado como tabelião em Sabará entre 1736 e aproximadamente 1744, ano em que se encerraria a concessão da segunda serventia de ofício.

Ainda que não tenham sido localizadas informações sobre a presença de Joana de Gusmão na capitania das Minas, a conjectura feita acima, de que teria acompanhado o marido ao novo posto, torna-se mais plausível quando se verifica que, posteriormente, encontravam-se juntos na Vila de Paranaguá. Em uma consulta do Conselho

⁸ Infelizmente não foi possível, nos limites deste texto, rastrear as trajetórias das filhas da beata Joana de Gusmão. Espera-se realizar a referida tarefa, que demandará pesquisas mais apuradas em arquivos portugueses, em uma ocasião próxima.

Ultramarino datada de 6 de fevereiro de 1760, encontra-se anexa uma certidão, passada em 20 de agosto de 1746 pelo escrivão da Intendência das Minas da Comarca de Paranaguá, Antonio Ferreira Gamboa (AHU, SP, Cx. 22, D. 2135). Não foi possível saber em que momento este fora nomeado para o ofício. Mas torna-se claro, a partir das informações prestadas pelos cronistas das atividades de Joana de Gusmão, que esta se encontrava na Vila de Paranaguá pelo menos desde 1745, conforme se apura no termo assinado pela mesa da Ordem Terceira da Penitência fundada na localidade, com data de 18 de fevereiro de 1745:

Ratificou sua profissão nas mãos do reverendo padre comissário e mais irmãos discretos, por não ter patente, por petição que apresentou, e nela a peito descoberto pedia, o que lhe foi concedido pelos seus anos que tinha, e nos constar; e o fez nesta Capela do Senhor Bom Jesus desta venerável Ordem Terceira da Penitência (Silva, 1931, p. 332-333).⁹

Segundo se depreende do termo emitido pela associação dos terceiros franciscanos de Paranaguá, Joana de Gusmão alegou ter se filiado à Ordem Terceira de São Francisco em outra localidade não declarada, embora não pudesse provar a filiação prévia com uma patente ou certidão. Para suprir a falta do documento oficial da associação de origem, Joana ratificou a profissão (Fontes, 1954, p. 6).

Conforme já foi citado no início do texto, o cronista Manoel Joaquim de Almeida Coelho parece ter sido o primeiro a registrar a promessa, supostamente feita por Joana Gomes de Gusmão e o marido Antonio Ferreira Gamboa, segundo a qual “numa romaria ou viagem a Iguape, prometeram que aquele que sobrevivesse (caso morresse algum dos dois) não passaria a segundas núpcias, e iria peregrinar pelo mundo”. Após a morte “por bexigas” do marido em Paranaguá, “D. Joana, vestindo logo um hábito de burel se pusera a caminho (por terra e a pé) para o sul” (Coelho, 1856, p. 102). O lugar de romaria referido pelo cronista era o santuário do Senhor Bom Jesus do Iguape, situado na vila homônima na capitania de São Paulo que, de acordo com cronistas coloniais, atraía grande número de devotos desde o século XVII (Fonseca, 1752, p. 186-191; Santa Maria, 2007, p. 135-136). A respeito da atração exercida pelo Senhor Bom Jesus do Iguape, é interessante levar em conta o testemunho de um cronista local, segundo o qual “era comum pessoas salientes do

governo e da sociedade paulistanas (sic) prestigiarem a romaria do Bom Jesus”. Em apoio desta afirmação, cita o pedido feito em 1735 pelo procurador do Conselho de São Paulo ao ouvidor geral, para que pudesse visitar o Bom Jesus (Fortes, 2000, p. 219-220). Se tal sucedeu na Vila de São Paulo, motivações análogas podiam ocorrer entre os devotos habitantes das Vilas de Santos e Paranaguá – locais em que habitaram Joana de Gusmão e o marido Antonio Gamboa – que estavam ainda mais próximas do santuário de Iguape.

Não é possível afirmar com clareza em que momento o casal havia realizado a promessa ao Senhor Bom Jesus. Seja como for, é significativo constatar que a promessa tenha sido acrescentada pela tradição local à trajetória da beata, demarcando-se o início da atividade de peregrinação desta com um acontecimento sagrado. Assim, a narrativa acerca do princípio da vida penitente de Joana ficaria assinalada com um episódio análogo ao momento de conversão dos santos, que caracteriza as narrativas hagiográficas do período (Sánchez Lora, 1988, p. 359-453). Episódios semelhantes de intensificação da vida espiritual no estado da viuvez foram abordados por cronistas coloniais, tal como o caso de Antônia de Pádua de Góes, que viveu na capitania de Ilhéus entre meados do século XVI e princípios do seguinte (Jaboatão, 1862, v. 4, p. 571-579). Importa reter que o cumprimento do voto prometido por Joana de Gusmão ao Senhor Bom Jesus, isto é, a “peregrinação pelo mundo”, levou-a a ultrapassar um modelo de comportamento marcado pelo recolhimento, que era projetado como ideal para as mulheres situadas na sua condição.¹⁰

A atuação no campo religioso

A partir do que foi visto acima, é factível pensar que Joana acompanhou os últimos anos de vida do marido na Vila de Paranaguá, tornando-se viúva em data incerta e sendo admitida à Ordem Terceira de São Francisco em 1745 ou em 1746. A Vila em questão fora fundada em 1648, tornando-se, em 1660, sede de uma capitania homônima, subordinada ao governo do Rio de Janeiro. Em 1710, a referida capitania foi incorporada à de São Paulo. Em 1723, passou também a sediar uma ouvidoria, cuja jurisdição foi pouco depois separada daquela existente em São Paulo. Desde 1708 os padres da Companhia de Jesus haviam se instalado na referida localidade, onde chegaram a abrir um colégio, em 1755 (Ruckstadter, 2007,

⁹ A respeito da fundação da Ordem Terceira de São Francisco na Vila de Paranaguá, foi possível identificar uma informação que diverge daquela fornecida pelo cronista José Gonçalves dos Santos Silva, que declarou ter consultado diretamente os livros de entrada de irmãos na referida associação. Segundo Antônio Vieira dos Santos, na obra *Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município* (1850), a associação dos terceiros franciscanos local foi instituída em 31 de maio de 1746. Ver Santos (1850) e também Freitas (1974, p. 20).

¹⁰ A respeito das motivações dos votos que fiéis estabeleciam com seus santos de devoção em princípios do Período Moderno, ver Christian Jr. (1981, p. 23-47).

p. 61-70; Freitas, 1974, p. 20-33). Em meados do século XVIII, a Vila de Paranaguá constituía assim um centro administrativo e religioso relativamente importante na região meridional de colonização portuguesa.

Instalada na Vila de Paranaguá entre 1745 e 1746, ou um pouco antes, não se sabe ao certo, Joana Gomes de Gusmão começa a destacar-se na vida religiosa local a partir do ingresso na Ordem Terceira de São Francisco. Os cronistas que informaram sobre as atividades de Joana Gomes não disseram se a entrada na associação dos terceiros franciscanos ocorreu ainda na condição de casada ou após a viuvez. No momento em que ratificou a profissão, já possuía algum reconhecimento institucional da Ordem, pois naquela ocasião ocupava as funções de irmã mestra, que era responsável pela iniciação das irmãs noviças nas regras e exercícios espirituais da Ordem Terceira. Quando vivia em Paranaguá, Joana Gomes não aparecia ainda identificada com a alcunha de beata, até onde foi possível identificar nas escassas fontes disponíveis. A referida denominação surge apenas em 1756, quando solicitou admissão na Ordem Terceira de São Francisco da Vila de Nossa Senhora do Desterro, com isenção do pagamento de anuais “em razão de sua pobreza”, conforme alegava na petição enviada à mesa administrativa da Ordem. No termo de admissão datado de 19 de setembro, foi contemplado o requerimento de Joana Gomes de Gusmão, a “beata da Lagoa”, “atendendo esta mesa as virtudes da suplicante”, o que constituía mais um sinal de reconhecimento institucional (Silva, 1931, p. 332-333). A beata fora apresentada com patente da Ordem Terceira de Paranaguá, onde, como já se sabe, havia entrado cerca de uma década antes.

A denominação de “beata da Lagoa” vinha, com muita probabilidade, do local de moradia de Joana de Gusmão, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, criada por provisão régia de 19 de junho de 1750. Além da freguesia mais antiga de Nossa Senhora do Desterro, ereta em 21 de janeiro de 1730, a década de 1750 foi marcada pela rápida expansão da rede de freguesias na Ilha de Santa Catarina e na região de terra firme, um movimento que acompanhou sem dúvida a crescente entrada de imigrantes provenientes do arquipélago açoriano para povoar aquele território (Piazza, 1977, p. 51-60; Fontes, 1954, p. 8). Após um curto período em que ficou sob a jurisdição da sé de São Paulo, a região de que fazia parte a Ilha de Santa Catarina retornou em 1749 à subordinação do bispado fluminense (Piazza, 1977, p. 67). Antes da chegada dos “ilhéus”, a população era “reduzidíssima, não contava sequer com um milheiro de habitantes. Muitos deles tinham vindo de Santos, em 1737, quando a primeira tropa viera destacada para estes confins esquecidos de Deus e dos homens” (Cabral, 1945, p. 9).

Antes da fundação da Ordem Terceira de São Francisco na Vila do Desterro, o governador de Santa Catarina, o brigadeiro José da Silva Paes, enviou ao soberano uma carta, com data de 30 de agosto de 1742, solicitando a fundação de dois hospícios de padres capuchos (franciscanos) na referida ilha e no Rio Grande. Argumentava que a assistência dos vigários das paróquias era insuficiente para atender ao “bem espiritual das almas” constituído pela assistência de missas e pela recepção dos demais sacramentos (AHU, Cx. 1, D. 16). Em um território onde a rede paroquial era então muito incipiente, o clero regular possuía mais agilidade para suprir as demandas espirituais dos fiéis. Além dos religiosos franciscanos, os padres jesuítas se estabeleceriam também na Ilha de Santa Catarina. Na década de 1740, os dois institutos pareciam competir pelo estabelecimento de redes de influência junto aos fiéis e às autoridades seculares. Em 26 de janeiro de 1749, D. João V expediu uma provisão para o provincial da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, ordenando o envio de dois missionários jesuítas para a Ilha de Santa Catarina e territórios adjacentes, para suprir a demanda por sacramentos de casais de colonos que se enviavam para aquelas partes, como também para “atrair, catequizar e aldear os bárbaros que vivem naqueles contornos” (AHU, Cx. 1, D. 56). Cada missionário deveria receber 40\$000 réis de auxílio, pagos pela Provedoria local. Por aviso régio de 3 de dezembro de 1750, os padres jesuítas foram também autorizados a estabelecerem um Colégio na Vila do Desterro, faculdade que já haviam obtido em Paranaguá (Piazza, 1977, p. 61).

Na década de 1750, persiste a rivalidade entre jesuítas e franciscanos, os quais se fixam nos referidos territórios a partir de estratégias um tanto distintas: apoiando-se, quanto aos religiosos da Companhia, nas autoridades régias, enquanto os frades capuchos estabeleciam contatos mais diretos com os fiéis, a partir da criação de uma rede de ordens terceiras. Em carta enviada ao soberano com data de 25 de abril de 1755, os oficiais da Câmara da Vila do Desterro solicitavam o envio de mais dois missionários jesuítas para aquela Vila, sob a justificativa das contínuas ausências dos padres que já se encontravam naquela localidade no trabalho missionário e nas “confissões, assistência aos enfermos e moribundos, no hospital e fora dele, pregações, doutrinas e outros ministérios” (AHU, Cx. 2, D. 106). Em 4 de abril de 1758, o governador da Ilha de Santa Catarina informou sobre a saída dos dois padres jesuítas estabelecidos na Vila do Desterro “em um hospício, com o exercício de ensinar rapazes” (AHU, Cx. 2, D. 144). Após os decretos de expulsão da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, o hospício dos jesuítas da Vila do Desterro foi entregue ao vigário local, em 1761 (Piazza, 1977, p. 62). A partir deste momento,

os religiosos franciscanos, apoiados pela Ordem Terceira e pelas atividades da beata Joana de Gusmão sem dúvida adquiriram maior influência junto aos fiéis, suprindo em parte as lacunas deixadas pelo apostolado da Companhia de Jesus (ver AHU, Cx. 3, D. 177).

Seja devido aos vínculos mantidos entre os primeiros povoadores do território de Santa Catarina e a Vila de Santos, local de nascimento de Joana de Gusmão, conforme se argumentou mais acima; devido à fundação, em 1744, de uma filial da Ordem Terceira de São Francisco na Vila do Desterro, ocorrida quase simultaneamente à criação da fraternidade de Paranaguá; e ao contínuo afluxo de famílias açorianas: Joana de Gusmão encontrou na Ilha de Santa Catarina condições favoráveis para praticar a atividade de peregrinação, derivada da promessa que fizera com o marido diante do Senhor Bom Jesus do Iguape, conforme a tradição já referida, recolhendo junto aos fiéis esmolas destinadas à promoção do culto divino.

Diversos cronistas mencionam que Joana de Gusmão peregrinava usando um hábito de burel. Segundo o léxico do final do século XVIII, o referido tecido consistia em “um pano grosseiro de lã, de que andam vestidos os capuchos” (Silva, 1789, p. 202). Este último adjetivo designava então os frades “de uma das ordens de São Francisco” (Silva, 1789, p. 231), isto é, os frades menores da estrita observância, aos quais estava vinculada a província da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro, de onde provinham os religiosos que mantinham contato com a beata (Andrade, 2010, p. 162). A vinculação de beatas e ermitães leigos às ordens terceiras de São Francisco, do Carmo, de São Domingos e de outras ordens mendicantes é assunto que tem atraído, cada vez mais, a atenção da historiografia (Tavares, 2002; Rubial García, 2006; Mujica Pinilla, 2005; Silva, 2002; Borges, 2015). No que tange ao uso de hábitos “inteiros” ou “descobertos”, as beatas e os ermitães distinguiam-se dos demais irmãos terceiros pelo fato de usarem em caráter permanente as vestimentas da Ordem, as quais eram trajadas pelos demais irmãos apenas por ocasião de procissões e outros rituais das respectivas fraternidades. Segundo um importante livro de devoção destinado aos irmãos terceiros franciscanos, “não se dará licença para se levar o hábito descoberto senão aos irmãos e irmãs de bom exemplo, de conhecida modéstia e virtude; e esta licença se dará por escrito”. Além disso, os irmãos e irmãs que exerciam “ofícios de pouca estimação” ou que tivessem caído em tal estado de pobreza que não pudessem sobreviver sem mendigar não tinham direito a usar o hábito descoberto (Arbiol, 1714, p. 12). De modo análogo, os estatutos da Ordem Terceira do Carmo de Lisboa sublinhavam, entre as qualidades necessárias dos irmãos que pleiteavam o uso do hábito inteiro, a boa reputação de vida e costumes, a idade superior aos 30 anos,

e “se tem possibilidade suficiente, que se livre de andar mendigando, e por lugares públicos em descrédito do hábito” (Brito, 1715, p. 67-68).

É interessante observar como os requisitos formais para a concessão de hábitos inteiros ou descobertos a certos irmãos e irmãs da Ordem Terceira de São Francisco não se ajustavam ao modo de vida que Joana de Gusmão passara a levar desde o momento da promessa. Além da prática de peditórios públicos de esmolas, que poderia trazer “descrédito” à Ordem, conforme os regulamentos citados acima, Joana ingressara na associação dos terceiros franciscanos da Vila do Desterro como irmã pobre, provavelmente devido à condição de viúva. Desde a sua fixação na Vila do Desterro até a morte, ocorrida em novembro de 1780 na mesma Vila, aos 92 anos de idade, é possível observar em várias práticas da beata sinais de tensão em relação a instituições religiosas com que mantinha contato. Após obter do bispo do Rio de Janeiro uma provisão para erigir uma capela em devoção ao Menino Deus, enviou no início de 1760 uma petição à Ordem Terceira de São Francisco do Desterro com o seguinte conteúdo:

Vendo que esta Venerável Ordem Terceira não tem capela própria em que possam fazer os seus atos e funções espirituais, quer ela suplicante que a dita Venerável Ordem desta Vila a patrocine, a esforce e ajude a fundar a capela a qual pretende se faça nesta Vila nas terras que são da mesma Venerável Ordem Terceira, oferecendo para a fatura e princípio dela 250\$000 réis, e que por sua morte deixava à mesma Ordem Terceira (Silva, 1931, p. 326).

Os recursos pecuniários de que fazia doação à associação dos terceiros franciscanos provinham “segundo a tradição”, de esmolas “em peregrinações a pé que, em companhia de outras duas beatas, fizera até a Colônia do Sacramento e, mais de uma vez, ao Rio Grande do Sul” (Fontes, 1954, p. 8). A Ordem aceitou a doação de Joana de Gusmão. Entretanto, em 25 de abril de 1762, a beata expôs em outra carta enviada à mesa da Ordem que estava pedindo a devolução da quantia doada, uma vez que “são já dois anos passados e se não tem pegado na dita obra” (Silva, 1931, p. 326). A Ordem, alegando ausência de autorização régia para dar início à obra, concordou com o pedido da irmã Joana de Gusmão, assinando com esta, em 2 de maio de 1762, uma escritura de distrato do ajuste anterior. Menos de dois meses antes, em 19 de março, André Vieira da Rosa tinha feito à beata doação de dez braças de terreno, em quadro, para edificar a capela do Menino Jesus, com frente para o mar, local onde finalmente foi edificado o templo (Silva, 1862, p. 125; Fontes, 1954, p. 10). Neste episódio, fica patente que, apesar de filiada à Ordem,

a beata Joana de Gusmão colocou em primeiro lugar a construção da capela do Menino Jesus, não relutando em buscar outra via para alcançar o seu projeto.

Joana de Gusmão tentou também beneficiar diretamente os religiosos franciscanos que atuavam na Ilha de Santa Catarina, pertencentes à província da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro. Em 11 de março de 1764, diante do síndico da referida província, que era encarregado de toda a administração dos bens temporais dos frades, a beata celebrou uma escritura de doação para o estabelecimento de uma “casa de missões”, nas dependências da capela do Menino Jesus, cujo edifício então se encontrava concluído, conforme a justificativa abaixo:

Que ela por ser filha da Venerável Ordem Terceira da Penitência e pela grande devoção a seu Padre São Francisco e a seu Menino Deus lhe edificara uma igreja com licença que lhe dera o ilustríssimo e excelentíssimo senhor bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Antonio do Desterro, a qual igreja, vendo que nesta terra há falta de sacerdotes, que assistam aos povos com a palavra evangélica e frequentem os confessionários, por só haver um vigário em cada freguesia, e juntamente vendo que os religiosos padre comissário da Ordem e seu companheiro não tem aonde exercitem os seus atos da mesma ordem, conforme os seus estatutos determinam (Silva, 1931, p. 328).

A doação pretendida por Joana de Gusmão não se consumou. Conforme se apura na correspondência mantida entre a beata e o provincial da Província da Imaculada Conceição, fr. Inácio da Graça, os religiosos franciscanos solicitaram ao bispo que a nova fundação fosse isenta da jurisdição diocesana, o que provavelmente teria desagradado D. fr. Antônio do Desterro.

Conforme já argumentado, alguns cronistas e estudiosos associaram a beata Joana de Gusmão à atividade de instrução de crianças pobres. A respeito da referida atividade, há poucas informações nas fontes disponíveis. O que aparece melhor documentado é o surgimento de um círculo de beatas em torno de Joana de Gusmão. A sua maior colaboradora parece ter sido Jacinta Clara Vitória, nascida nos Açores, filiada à Ordem Terceira de São Francisco da Vila do Desterro desde 1771, cuja associação havia também permitido que usasse o hábito inteiro característico da condição de beata (Fontes, 1965, p. 165). Entre 1773 e 1774, quando Joana de Gusmão se encontrava no Rio de Janeiro, por motivos que não foi possível identificar, a beata Jacinta Clara assumiu a administração da capela do Menino Deus (Silva, 1931, p. 329). Após a morte de Joana de Gusmão, Jacinta Clara tentou tirar esmolas para o Menino Jesus, mas foi im-

pedida “por determinação do governador, datada de 18 de janeiro de 1781”. Obteve ainda licença do vigário da vara para pedir esmolas no continente do Rio Grande, o que acabou não ocorrendo, pois faleceu em 8 de março do mesmo ano. Por sua vez, a beata Antônia Margarida aparece associada à manutenção da capela do Menino Deus, cuidando do asseio do referido templo. Havia sido admitida à Ordem Terceira de São Francisco em 1770 e era natural dos Açores. Por fim, outras duas beatas, Leonarda Pereira da Trindade e Maria Joana Leonarda, pertenciam também ao grupo, mas não há indícios de que tenham sido irmãs terceiras (Fontes, 1965, p. 165). As beatas habitavam “duas moradinhas de casas térreas e de pau a pique” situadas nos fundos da capela do Menino Jesus (Fontes, 1965, p. 175-176). Depois da morte de Joana de Gusmão e de sua principal colaboradora, a beata Jacinta Clara, o governador de Santa Catarina e o vice-rei D. Luís de Vasconcelos atuaram para que os bens da capela do Menino Jesus passassem à administração da Irmandade do Senhor dos Passos estabelecida na Vila do Desterro, conforme termo assinado em outubro de 1781.

Ainda que a beata Joana de Gusmão possa ter iniciado a sua vida de penitente a partir de uma promessa feita ao Bom Jesus, cultuado com particular devoção na Vila de Iguape, todos os cronistas e estudiosos que trataram da sua atividade penitente de coleta de esmolas enfatizam o uso da imagem do Menino Jesus. Enquanto a primeira invocação faz apelo ao Cristo crucificado, a segunda, como é evidente, constitui uma representação da infância de Cristo, uma devoção que, tendo-se expandido nos séculos XVII e XVIII, exercia particular apelo junto às beatas ibéricas (Tavares, 2002). A primeira menção mais segura que permite associar Joana de Gusmão à devoção da Infância de Cristo consiste na provisão, passada pelo bispo do Rio de Janeiro a 13 de maio de 1760, para erigir uma capela na freguesia e Vila de Nossa Senhora do Desterro, onde a beata se encontrava residindo, em substituição de uma provisão anterior passada para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (Silva, 1931, p. 322; Fontes, 1954, p. 8). De acordo com o cronista que primeiro registrou as atividades de Joana de Gusmão, havia no período imperial uma tradição na província de Santa Catarina, difundida pelo senador José da Silva Mafra, “por tê-lo muitas vezes ouvido as suas mãe e avó, contemporâneas da beata Gusmão, que esta trazia ao peito, em uma caixa pendente ao pescoço, o Menino Jesus, para o qual pedia esmolas” (Silva, 1931, p. 330). Segundo um estudioso local,

A imagem do Menino-Deus que Dona Joana de Gusmão trazia consigo é de madeira, mede 28 centímetros de altura e representa, em vulto e corpo inteiro, um

menino perfeito e nuzinho, prestando-se para ser, como é, vestida com roupa tecida. Levanta a mão direita em gesto de bênção e segura na esquerda uma cruz (Fontes, 1954, p. 8).

Considerações finais

Procurou-se reconstituir a trajetória da beata Joana de Gusmão a partir de três perspectivas complementares: a análise das representações construídas em torno da beata por cronistas, historiadores e diversos estudiosos; a reconstrução do meio familiar ao qual estava integrada Joana de Gusmão; e, por fim, a atuação da mesma no campo religioso. Com relação a cada um dos objetivos referidos, respectivamente, foi possível mostrar: a existência de uma imagem idealizada da beata Joana Gomes de Gusmão, construída a partir do ideário de letrados imperiais, que destacavam a conduta varonil e heroica da referida mulher, em contraste com o comportamento desejado para o gênero feminino naquele contexto, capacitando-a a ingressar no panteão nacional das mulheres célebres; longe da imagem idealizada, a reconstituição do meio familiar da beata permitiu situá-la nas demandas do seu tempo e de sua condição prévia de mulher casada, acompanhando o marido nas suas atividades profissionais e procurando encontrar um estado honrado para as filhas; e, por fim, uma ação no campo religioso conduzida com certa dose de autonomia em relação à Ordem Terceira de São Francisco, e marcada também pela habilidade em construir laços com os religiosos franciscanos e com a Irmandade do Senhor dos Passos do Desterro e pela liderança de um círculo de beatas. Pesquisas futuras em acervos locais e nos arquivos portugueses poderão aprofundar ou corrigir estas impressões iniciais.

Referências

- ALDEN, D. 1968. *Royal Government in Colonial Brazil: With Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 545 p.
- ALGRANTI, L.M. 1993. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/Ed. UnB, 349 p.
- ALGRANTI, L.M. 2004. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo, Hucitec, Fapesp, 301 p.
- ANDRADE, M.F. 2010. Franciscanos. In: J.E. FRANCO (dir.), *Dicionário histórico das ordens, institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa, Gradiva, p. 158-169.
- ARAÚJO, J. de S.A.P. e. 1945 [1820]. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil, dedicadas a El Rei Nosso Senhor D. João VI*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 301 p.
- ARBOL, A. 1714. *Los terceros hijos de el humano Serafín: la venerable y esclarecida Orden Tercera de Nuestro Serafico Patriarca San Francisco [...] Tercera Impresión [...]*. En Zaragoza, por los herederos de Manuel Roman, Impresor de la Universidad, 428 p.
- AZZI, R.; REZENDE, M.V. 1983. A vida religiosa no Brasil colonial. In: R. AZZI (org.), *A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo, Paulinas, p. 24-60.
- BLAKE, A.V.A.S. 1898. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 4, 529 p.
- BOITEUX, L.A. 1912. *Notas para a Historia Catharinense*. Santa Catarina, Typ. a vapor da Livraria Moderna, 436 p.
- BORGES, C.M. 2015. Os leigos e a administração do sagrado: o irmão Lourenço de Nossa Senhora e a Irmandade Nossa Senhora Mãe dos Homens – Minas Gerais, século XVIII. *Locus: Revista de História*, 21(2):397-414.
- BOURDIEU, P. 1987. Gênese e estrutura do campo religioso. In: P. BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*. 2ª ed., São Paulo, Perspectiva, p. 27-78.
- BRITO, J. 1715. *Estatutos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo desta Corte: novamente reformados, assim dos antigos, como dos acórdãos das mesas e juntas [...]*. Lisboa, na Officina de Miguel Manescal, Impresor do Santo Ofício e da Sereníssima Casa de Bragança, 120 p.
- BUTLER, J. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 236 p.
- CABRAL, O.R. 1945. *A Venerável Ordem Terceira da Ilha de Santa Catarina: notas históricas comemorativas do segundo centenário de sua fundação*. Florianópolis, Estabelecimento Gráfico Brasil, 90 p.
- CABRAL, O.R. 1971. *Notícia histórica, autêntica e sentimental da Vila, depois cidade de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina [...]*. Florianópolis, Imprensa da UFSC, vol. 1.
- CAMPOS, C.A. de. 1917. *As heroínas do Brasil: perfis biográficos da história militar do Brasil*. Rio de Janeiro, [s.n.], 330 p.
- CARULA, K. 2016. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. *Revista Estudos Feministas*, 24(1):261-279. <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p261>
- CAULFIELD, S. 1999. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, Ed. da Unicamp, 393 p.
- CHRISTIAN Jr., W.A. 1981. *Local Religion in Sixteenth-Century Spain*. Princeton, Princeton University Press, 283 p.
- COELHO, M.J. de A. 1856. *Memoria historica da Provincia de Santa Catharina*. Santa Catharina, Typ. Desterrense, 220 p.
- CORTESÃO, J. 1950. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro, Ministério das relações Exteriores, Instituto Rio Branco, parte II, tomo II, 308 p.
- DAVIS, N.Z. 1990. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 308 p.
- ENDERS, A. 2014. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 392 p.
- ESTEVES, M. de A. 1989. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 212 p.
- FONSECA, M. da. 1752. *Vida do venerável padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus da Província do Brasil [...]*. Lisboa, na Officina de Francisco da Silva, 280 p.
- FONTES, H. da S. 1954. *A beata Joana de Gusmão*. Comunicação apresentada ao Congresso de História Comemorativo do 4º Centenário da Fundação de São Paulo. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 32 p.

- FONTES, H. da S. 1965. *A Irmandade do Senhor dos Passos e o seu hospital e aqueles que os fundaram*. Florianópolis, Ed. do Autor, 431 p.
- FORTES, R. 2000. *Iguape... Nossa história*. Iguape, Edições do Autor, 2 vols.
- FRANZEN, B.V. 2008. Mulheres e vida religiosa na sociedade colonial espanhola na região platina: as beatas da Companhia. In: A. SIDEKUM; I. GRÜTZMAN; I. S. ARENDT (org.), *Campes múltiplos: identidade, cultura e história. Festschrift em homenagem ao Prof. Arthur Blasio Rambo*. São Leopoldo, Oikos, p. 38-55.
- FRASCHINA, A. 2010. *Mujeres consagradas en el Buenos Aires colonial*. Buenos Aires, Eudeba, 325 p.
- FRASCHINA, A. 2015. *La expulsión no fue ausencia: María Antonia de San José, beata de la Compañía de Jesús: biografía y legado*. Rosario, Prohistoria Ediciones, 235 p.
- FREITAS, W.F. de. 1974. *Aspectos históricos de Paranaguá*. 2ª ed., Paranaguá, Voz do Paraná, 87 p.
- GÓES, E. 1932. *Heroínas paulistas*. Alocução proferida na Rádio Cruzeiro do Sul (PRAO de São Paulo), no estival dedicado pela Liga das Senhoras Católicas às famílias dos combatentes em prol da campanha constitucionalista, a 18 de agosto de 1832. São Paulo, Typ. Elvino Pocaí, 32 p.
- GONÇALVES, M. de A. 2005. *Império da fé: andarilhas da alma na época barroca*. Rio de Janeiro, Rocco, 200 p.
- GUIMARÃES, M.S. 1988. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, 1:5-27.
- JABOATÃO, Fr. A. de S.M. 1858-1862. *Novo Orbe serafico ou Crônica dos frades menores da Província do Brasil [...]*. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por ordem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tip. Brasileira de Máximo Gomes Ribeiro, 5 vols.
- KESSEL, E.S. 1994. Virgens e mães entre o céu e a terra. In: A. FARGE; N.Z. DAVIS (dir.), *Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto, Afrontamento, p. 181-227. (História das Mulheres no Ocidente, vol. 2).
- LAQUEUR, T. 2001. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 313 p.
- MACEDO, J.M. de. 1878. *Mulheres celebres [...]*. Obra adotada para a leitura nas escolas de instrução primária do sexo feminino do Município da Corte. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 152 p.
- MARTINS, W. de S. 2015. A “Vida da Madre Jacinta de São José”: uma reflexão em torno dos modelos hagiográficos. *Mosaico*, 7:183-190.
- MARTINS, W. de S. 2012. Práticas do corpo e conhecimentos do além da beata fluminense Jacinta de São José (c. 1744-1754). In: M. ANDRADE; L. SEDREZ; W. MARTINS (org.). *Corpo: sujeito e objeto*. Rio de Janeiro, Ponteiro, vol. 1, p. 155-180.
- MASSIMI, M (org.). 2012. *A novela História do predestinado peregrino e de seu irmão Precito (1682): compêndio dos saberes antropológicos e psicológicos dos jesuítas no Brasil colonial*. São Paulo, Loyola, 298 p.
- MATTOS, I.R. de. 1990. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 300 p.
- McKENDRICK, M. 1974. *Woman and Society in the Spanish Drama of the Golden Age: A Study of the Mujer Varonil*. Cambridge, Cambridge University Press, 346 p.
- MUJICA PINILLA, R. 2005. *Rosa limensis: mística, política e iconografia em torno a la patrona de América*. México, IFEA/FCE, 497 p.
- OLIVAL, F.; MONTEIRO, N.G. 2003. Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). *Análise Social*, 37(165):1213-1239.
- OLIVEIRA, M. da G. de. 2011. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 209 p.
- PIAZZA, W. 1977. *A Igreja em Santa Catarina: notas para a sua história*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 313 p.
- PIAZZA, W. 1988. A obra de José Gonçalves dos Santos Silva. *Ágora: Revista do Arquivo Público de Santa Catarina e Curso de Arquivologia da UFSC*, 4(7):5-7.
- ROWE, E.K. 2011. *Saint and Nation: Santiago, Teresa of Avila, and Plural Identities in Early Modern Spain*. Pennsylvania, The Pennsylvania State University Press, 264 p.
- RUBERT, A. 1988. *Expansão territorial e absolutismo estatal*. Santa Maria, Pallotti, 448 p. (A Igreja no Brasil, vol. 3).
- RUBIAL GARCÍA, A. 2006. *Profetisas y solitarios: espacios y mensajes de una religión dirigida por eremitãos y beatas laicos en las ciudades de Nueva España*. México, FCE, UNAM, 258 p.
- RUCKSTADTER, V.C.M. 2007. *Presença jesuítica na Vila de Paranaguá: o processo de estabelecimento do colégio jesuítico (1708-1759)*. Maringá, PR. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 107 p.
- SABINO, I. 1996 [1899]. *Mulheres illustres do Brazil*. Ed. fac-símile. Florianópolis, Ed. das Mulheres, 280 p.
- SÁNCHEZ LORA, J.L. 1988. *Mujeres, conventos y formas de la religiosidad barroca*. Madrid, Fundación Universitaria Española, 558 p.
- SANTA MARIA, Fr. A. de. 2007 [1723]. *Santuário mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, que se venerao em todo o bispado do Rio de Janeiro, e Minas, e em todas as ilhas do oceano [...]*. Tomo decimo e ultimo [...]. Reedição ilustrada. Rio de Janeiro, Inepac, 336 p.
- SANTOS, A.V. dos. 1850. Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município. Vol. 1. Disponível em: https://books.google.com.br/books?redir_esc=y&hl=pt-BR&id=N5ZoAAAAAAAJ&focus=se-archwithinvolume&q=ordem. Acesso em: 04/04/2017.
- SARRIÓN, A. 2003. *Beatas y endemoniadas: mujeres heterodoxas ante la Inquisición, siglos XVI a XIX*. Madrid, Alianza Editorial, 403 p.
- SCHUMAHER, S.; BRAZIL, E.V. (org.). 2000. *Dicionário de mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 557 p.
- SCOTT, J.W. 2008. *Gênero e historia*. México, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 337 p.
- SILVA, A. de M. 1789. *Dicionário da lingua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por [...]*. Lisboa, na Officina de Simão Taddeo Ferreira, tomo. 1, 752 p.
- SILVA, J.G. dos S. 1931. Notícia biographica da beata D. Joanna Gomes de Gusmão fundadora da Capella do Menino Deos. *Anais do Museu Paulista*, 4-5(segunda parte):321-333.
- SILVA, J.N. de S. 1862. *Brasileiras celebres*. Ed. fac-símile. Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 232 p.
- SILVA, M.B.N. da. 2002. *Donas e plebeias na sociedade colonial*. Lisboa, Estampa, 365 p.
- SILVA, M.E.A. 1928. *Brasileiros: heróis da fé*. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas do Lyceu Coração de Jesus, 428 p.
- SILVA, S.S. de A; FACCHINETTI, C.; KURY, L.B. 2011. Os êxtases da Irmã Germana: diferentes interpretações em torno das doenças nervosas no Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 14(2):329-345.
<https://doi.org/10.1590/S1415-47142011000200010>
- SOUZA, E.S. 2011. O lume da Rosa e de seus espinhos: espiritualidade e piedade em D. Sebastião Monteiro da Vide. In: B. FEITLER;

- E.S. SOUZA (org.), *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo, Unifesp, p. 61-84.
- SOUZA, L. de M. e. 1993. Religião popular e política: do êxtase ao combate. In: L. de M. e SOUZA, *Inferno atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 105-124.
- TAUNAY, A. de E. 1938. *A vida gloriosa e trágica de Bartholomeu de Gusmão*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 524 p.
- TAVARES, P. V. 2002. *Beatas, inquisidores e teólogos: reação portuguesa a Miguel de Molinos*. Porto. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 446 p.
- VAN DEUSEN, N. E. 2001. *Between the Sacred and the Worldly: The Institutional and Cultural Practice of Recogimiento in Colonial Lima*. Stanford, Stanford University Press, 319 p.
- WIESNER, M.E. 2000. *Women and Gender in Early Modern Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 325 p.
- ZARRI, G. 2007. Female Sanctity. In: R. PO-CHIA HSIA (ed.), *Reform and Expansion 1500-1660*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 180-200. (The Cambridge History of Christianity, vol. 6).
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). AHU_ACL_CU, SP, Cx. 8, D. 882. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG&PagFis=2564&Pesq=gamboa. Acesso em: 27/03/2017.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). AHU_ACL_CU, SP, Cx. 9, D. 984. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG&PagFis=4414&Pesq=gamboa. Acesso em: 27/03/2017.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). AHU_ACL_CU_SC_021, Cx. 1, D. 16. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=021_SC&PagFis=0&Pesq=. Acesso em: 18/04/2017.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). AHU_ACL_CU_SC_021, Cx. 1, D. 56. Disponível em: <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate&pagfis=>. Acesso em: 18/04/2017.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). AHU_ACL_CU_SC_021, Cx. 2, D. 106. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=021_SC&PagFis=0&Pesq=. Acesso em: 18/04/2017.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). AHU_ACL_CU_SC_021, Cx. 2, D. 144. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=021_SC&PagFis=0&Pesq=. Acesso em 18/04/2017.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). AHU_ACL_CU_SC_021, Cx. 3, D. 177. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=021_SC. Acesso em: 18/04/2017.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. [s.d.]. *Jornal O Mensageiro*. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mensageiro/767158>. Acesso em: 03/03/2017.
- DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE S. PAULO, PATENTES PROVISÕES E SESMARIAS (1729-1732). Vol. 27, parte 2 São Paulo, Typographia da Industrial de São Paulo. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORD-CISP-14-27_volume_27. Acesso em: 27/03/2017.

Submetido: 26/04/2017

Aceito: 02/11/2017